

PREFEITURA DE SÃO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Discurso do secretário de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili, no Seminário Ibero-Americano sobre Drogas

(08/05/13, às 9h, no Salão Nobre da Faculdade de Direito da USP)

Bom dia a todas e a todos,

É um prazer estar na abertura desse seminário, que reúne pessoas tão representativas no debate sobre a política de drogas. Saúdo a mesa no nome dos professores Mariângela e Renato, e parabenizo a organização do evento, em nome do professor Schecaira.

Precisamos pautar cada vez mais o tema das políticas sobre drogas, em ambientes acadêmicos, políticos, ou amplamente na sociedade brasileira. É necessário fugir do senso comum e dos preconceitos que se sustentam na falta de informação, temos que fomentar o conhecimento ilustrado neste assunto.

Digo isso porque considero o debate sobre drogas importantíssimo não só pelo tema em si, mas também para discutirmos o modelo de democracia que queremos no Brasil, para avançarmos na garantia dos direitos humanos.

Por incrível que pareça ainda temos que consolidar a compreensão de que a questão das drogas é um tema de saúde, mais do que de segurança. E quando digo isso, não sendo eu da área, estou me apoiando na perspectiva de que a saúde vai além da ausência ou tratamento de doenças. Saúde se preocupa com o ser humano em sua integralidade, com o seu bem estar. E isso só podemos ter garantindo direitos.

A vulnerabilidade social é a principal causa do uso abusivo e da dependência das drogas, não o contrário. É verdade que temos usuários graves de drogas em camadas mais ricas da sociedade, que sofrem muito também, mas o problema central está entre as pessoas que não têm oportunidades de inclusão social consistente, que sempre foram deixadas à margem.

Podemos querer combater os efeitos o quanto for, mas enquanto não garantirmos direitos para as pessoas, não enfrentaremos a raiz do problema.

Além disso, não podemos permitir que a saúde seja usada como instrumento de higiene social e reforço da marginalização.

A questão das internações involuntárias, por exemplo, entendo como uma falsa polêmica. Quando questionamos esse tipo de intervenção, somos acusados de deixar os usuários abusivos de drogas sem assistência.

Ora, isso não faz sentido. O socorro deve ser necessariamente garantido, assim como o tratamento. O que não significa que temos na internação à força a única alternativa. Aliás, a força, em minha opinião, é sempre a última e pior saída.

Reforço que precisamos garantir direitos humanos como foco prioritário na prevenção e recuperação do uso abusivo de drogas, e temos condições de lidar com o tratamento sob diversas perspectivas. A aproximação do usuário, que o enxergue como ser humano para além da droga, é o caminho para atender as necessidades específicas de cada um, e assim termos os melhores resultados.

Dito isso, acho que podemos avançar em inúmeras questões sobre a política de drogas, como a abordagem criminal em relação ao tráfico, a descriminalização do uso, o uso medicinal etc. O mundo se abre para o debate franco e propositivo.

E ao abrirmos o debate, temos que considerar os diversos atores que podem contribuir nessa empreitada. Considero, pela minha formação e experiência política, que nada pode avançar sem a intensa interlocução dos poderes públicos com a sociedade civil, com os movimentos sociais, com a academia. É

a interação desses fóruns, a conjugação desses conhecimentos e experiências que nos levará às melhores saídas nessa questão.

Bom trabalho e obrigado!